

BEHEMOTH OU O LONGO PARLAMENTO: O SENTIDO DA HISTÓRIA EM HOBBS

Behemoth or the Long Parliament: The Sense of History in Hobbes

Delmo Mattos³⁵

delmomattos@hotmail.com

Resumo: Este artigo possui como objetivo fundamental uma exposição do modo como Hobbes compreende o sentido da história do ponto de vista filosófico. Para esse propósito utiliza-se uma análise da sua obra *Behemoth ou o Longo Parlamento* pelo qual se dispôs a analisar e refletir os acontecimentos que engendraram a guerra civil em seu país. Tal exposição expressa de forma bastante coerente o modo como Hobbes apropria-se metodologicamente dos procedimentos da história para ratificar seus argumentos filosóficos acerca das causas da revolução. Esse fato, por sua vez, ratifica o modelo de prática historiográfica que exalta uma relação profunda entre os relatos dos antigos com aqueles proferidos pelos modernos.

Palavras-chave: História, guerra, verdade, eloquência, Antiguidade.

Abstract: This article has as its primary goal an exhibition of how Hobbes understands the meaning of the history of philosophical viewpoint. For this purpose we use an analysis of his work *Behemoth or the Long Parliament* which set out to analyze and reflect events that engendered civil war in his country. Such exposure expressed fairly coherent how Hobbes appropriates history methodologically procedures to ratify their philosophical arguments about the causes of the revolution. This, in turn, to ratify the model of historiographic practice that enhances a deep relationship between the accounts of the ancients with those delivered by modern.

Keywords: History, war, truth, eloquence, Antique.

Assim como outros filósofos modernos Hobbes concebe a história como eixo central do seu sistema filosófico e político. Especificamente a sua estreita relação com essa área do conhecimento inicia-se em 1628, com o início da tradução, para o inglês, da obra de Tucídides intitulada *Guerra do Peloponeso*. Com a sua publicação no início da Revolução Inglesa, em 1682, a obra em questão propunha uma forma de evidenciar aos seus contemporâneos, nos momentos que antecedem a guerra civil, as causas do conflito na história, através de analogias que faz entre o inglês e os conflitos da

³⁵ Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor de Ética e Filosofia Política na Fundação Getúlio Vargas/RJ (Direito). Artigo enciado em 18/11/2013 e aceito em 10/12/2013.

Antiguidade³⁶. Na perspectiva hobbesiana o conflito entre as cidades gregas e a guerra civil na Inglaterra teve origens bastante comuns, ou seja, na corrupção do pensamento e da palavra, assim como na desobediência e na anarquia dos valores morais (Cf. AHRENSDORF, 2000). Por conta disso, concebia as artimanhas do conflito da sua contemporaneidade, sobretudo, como uma patologia, remontando o que concebe como a *stasis* grega³⁷.

Quarenta anos depois da publicação da tradução da obra de Tucídides, o filósofo retoma mais uma vez a tarefa de análise histórica, ao analisar os acontecimentos presenciados por ele em seu país através da publicação da sua obra *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Inevitavelmente, o tema fundamental de *Behemoth* é a guerra, assim como o alerta da constante a ameaça do retorno a um pretense estado de natureza³⁸. O modo como Hobbes tece a sua narrativa conduz o seu leitor a relacionar, em muitos aspectos, à sua tradução de 1628.

Tal como Tucídides, o propósito de Hobbes não seria digressões sobre os propósitos íntimos dos personagens envolvidos na guerra civil, mas as causas, os conflitos e os artifícios que a produziram e como ela pôde ocorrer. Ainda que Hobbes não seja um historiador em sentido lato do termo, a sua preocupação ao narrar a história da Revolução Inglesa está mais próxima do propósito de comprovar de forma prática as suas teoria filosóficas e seus argumentos políticos em relação aos preceitos da soberania, assim como da análise da natureza humana. Sendo assim, a completude da compreensão do *Behemoth* somente é possível em contraposição a outras obras relacionadas a política e a moral, na medida em que fica nítida uma remissão dialógica do filósofo com o desenvolvimento das suas posições teóricas e políticas.

Curiosamente, Hobbes em nenhum momento da sua obra *Behemoth* elabora uma definição precisa do que seria, no seu modo de compreender, o sentido da história. O que, portanto, pode-se entender desse conceito é mediante o que o ele concebe como o

³⁶ Cabe lembrar que, a primeira publicação oficial acontece em 1682, três anos após a morte de seu autor, por seu amigo e editor Willian Crooke. Contudo, alguns manuscritos ilegais já circulavam na Inglaterra, sendo usados, curiosamente, pelos dois lados na guerra civil.

³⁷ Sobre isso, Hobbes comenta: “(...) mas acima de todos o que mais gostei foi Tucídides. Ele me ensinou quanto insensatez há na democracia e quanto melhor julga um só homem que uma assembleia. Traduzi seus escritos para ensinar aos ingleses a se guardar dos pregadores” (HOBBS, 1992, p. 153).

³⁸ Nas palavras de Hobbes: “(...) Assim, a guerra civil é a pior coisa que pode ocorrer a um Estado. Nela cada um só pensa em conquistar a fortuna de outros, seus amigos e parentes, e eles, que estão numa situação pior tem motivos para desejar e se contentar com qualquer mudança (...)” (HOBBS, 1992, p. 46).

objetivo fundamental do seu relato, assim como da utilização que faz dos relatos e textos da história antiga em seus argumentos. Com efeito, se tais relatos e textos antigos são fontes inevitáveis de inspiração e a sua utilização é constante e ininterrupta por parte de Hobbes, nada mais coerente pensá-la como um procedimento metodológico de argumentação. Tal fato pode ser compreendido pelo fato de que seria a medida mais eficaz para o filósofo fundamentar suas respectivas referências aumentativas relacionadas aos eventos do passado e, respectivamente, incluí-las ao contexto político e social da sua época.

Seguindo essa linha argumentativa, pode-se conceber a utilização da história por Hobbes como sendo nada mais do que uma estratégia de persuasão, principalmente, junto ao público ao qual pretende influenciar diretamente, uma vez que se utiliza reconhecidamente de determinados artifícios eficazes do ponto de vista do convencimento e da persuasão possibilitando com a finalidade de atingir um espectro mais amplo de leitores e ao mesmo tempo convencê-los da pertinência de suas teses³⁹. Ao utilizar essa perspectiva metodológica no *Behemoth*, Hobbes contribui decisivamente para a difusão de suas ideias, uma vez que pode ser compreendida pelo público em geral, pois, permite ao leitor um expediente de prova mais singular na demonstração da natureza humana e do ciclo natural da história, que se inicia com o caos seguindo até formação propriamente do Estado. Nesse contexto argumentativo, o propósito fundamental do presente artigo não é apenas realizar um estudo pormenorizado do *Behemoth*, mas demarcar, sumariamente, os aspectos argumentativos da perspectiva histórica de Hobbes acerca da guerra civil inglesa. Essa intenção desdobra-se, por sua vez, em uma tentativa exata de delimitar o sentido e a finalidade pelo qual Hobbes compreende a história. Por sua vez, ao compreender exatamente tal sentido da história, torna-se perfeitamente possível certificar-se das razões e argumentos que tornam a proposta filosófica e política de Hobbes coerente com determinados episódios aos qual presenciou e buscou compreender.

Para tanto, em um primeiro momento, examina-se as clausuras determinantes da guerra civil na perspectiva de Hobbes, com o propósito de enfatizar a relação que Hobbes faz entre a Antiguidade e os acontecimentos da sua contemporaneidade. Sendo

³⁹ É preciso mencionar que a relação de Hobbes com os antigos posiciona-se, portanto, numa vertente historiográfica mais ampla, que analisa as relações entre antigos e moderna. As referências à antiguidade permanecem recorrentes em nossa tradição política e intelectual.

assim, cabe ressaltar o modo como o filósofo se apropria da terminologia e procedimentos característicos dos argumentos de Tucídides para compor a sua metodologia de ação acerca do seu relato da Revolução Inglesa. Em um segundo momento, edificam considerações sobre a estruturação propriamente dita da história na sua obra *Behemoth*. Nesse viés interpretativo, examinam-se os níveis da argumentação proposto por Hobbes sobre a narrativa dos acontecimentos relativos à guerra civil enfatizando, sobretudo, o modo como na obra em questão o filósofo oferece ao seu leitor a compatibilização entre a narrativa histórica e seu ponto de vista filosófico sobre tal acontecimento. Espera-se, com tal procedimento, demonstrar, com base nos argumentos expostos de Hobbes, assim como o papel conferido por esse a história como o elemento fundamental de compreensão do arcabouço conceitual dos seus pressupostos argumentativos e constitutivos da filosofia política moderna.

A história da guerra e a guerra na história: Antiguidade e modernidade em questão

Com uma forma diferenciada de argumentação e estrutura do que as outras obras de Hobbes, *Behemoth* é estruturado na forma de diálogo. A intenção do filósofo em proceder dessa forma está irremediavelmente relacionada a uma metodologia capaz de estabelecer ligações argumentativas entre presente e passado, fundamental para sua compreensão da história. No entanto, suas questões e comparações entre sua narrativa e as histórias antigas são diferentes das de seus contemporâneos, relacionadas às indagações e apropriações que fez dos textos ao qual obteve contato direto (Cf. BAUMGOLD, 2000).

Ao longo do *Behemoth*, Hobbes procede a constantes paralelismos entre a história inglesa e a Antiguidade clássica utilizando-se do mesmo procedimento argumentativo ao que procedeu em relação à Bíblia, ou seja, ao mesmo tempo em que critica os que utilizavam os antigos como exemplo, usa-os irremediavelmente para fortalecer o seu poder de persuasão e convencimento. Foi, portanto, a partir do Renascimento que estabeleceu entre os teóricos a utilização da equivalência entre antigos e modernos, segundo Hartog: “De acordo com a sua perspectiva, a questão de

ser “moderno” não girava em torno do ato de copiar os antigos, mas, sobretudo, de provocar um rompimento com os critérios adotados da escolástica, então recorrente nas universidades” (2003 p. 140).

Ao proceder a sua análise acerca das causas da Revolução Inglesa, Hobbes apropria-se dos termos da Antiguidade, como democratas e democracia, por exemplo, para ponderar a medir os acontecimentos que presenciou em seu território⁴⁰. Por sua vez, esta apropriação ou transposição não possui o mesmo sentido para o filósofo em questão do que os antigos, uma vez que é delimitada por meio da interpretação que ele próprio faz das histórias e autores antepassados. Não obstante, o teórico político não pretendia ser somente compreendido por seus contemporâneos, desejava antes de tudo convencê-los mediante a persuasão, isso explica, sem sombra de dúvida, o motivo pelo qual se utiliza do vocabulário próprio e refinado de sua época no seu relato.

Ainda que em nenhum momento do *Behemoth* encontre-se explicitamente o que condiz, na perspectiva de Hobbes, o conceito de história. É possível, portanto, compreender o seu sentido através do que determina como sendo a finalidade de seu relato na obra em questão e, para tanto, da utilização que faz dos antigos em seus argumentos. A preocupação central da obra é, portanto, a descrição das condições que conduziram a efetivação da guerra civil na Inglaterra. Mais ainda, o seu propósito é revelar o motivo pelo qual se produz essa condição e não simples digressões sobre os propósitos íntimos dos personagens envolvidos em tal acontecimento, pois para esse, não havia o maior sentido descrever o que outros historiadores descreveram de alguma forma. Desse modo, seus argumentos não deviam ser concebidos meramente como uma narrativa da guerra propriamente dita, mas revelar quais foram as causas e quais seriam os procedimentos adotados para seja evitado no futuro esse acontecimento⁴¹.

Em todo caso, por mais que a guerra pertença ao bojo da argumentação hobbesiana, a história da igreja cristã está também no centro do debate do *Behemoth*, assim como está é, para ele, a causa longínqua da guerra em questão. O filósofo traça,

⁴⁰ Cabe notar que, a revolução inglesa só foi denominada por esse nome após a Revolução Francesa, anteriormente ela era simplesmente chamada de “grande rebelião” Segundo Eunice Ostrensky, o primeiro a designar a guerra civil como revolução foi o historiador François Guizot, provavelmente como alusão à Revolução Francesa (OSTRENSKY, 2006, p. 24).

⁴¹ Segundo Nádia Souki, “Já na dedicatória do *Behemoth* ao barão de Airngton, Hobbes expressa sua visão da história como uma instrução prática para as questões da vida, incluindo a vida do homem como um membro do Estado” (2008, p. 122).

ao longo da obra, o caminho maquiavélico da sedução imposto ao “povo ignorante” pela igreja, especificamente, o poder do papado, que, segundo Hobbes, seria o responsável direto da sedição na Inglaterra. Assim como os gregos, Hobbes compartilha da ideia de guerra civil como uma doença inserida no corpo político. Desse modo, enquanto a peste alude as doenças, tanto do corpo orgânico como do corpo político, tornando evidente uma clara simetria entre as doenças dos homens e aquelas relacionadas à cidade⁴². Sobre essa questão, Souki menciona:

Hobbes não se contenta em procurar as causas inglesas da revolução – elas remontam à Antiguidade e aos primeiros tempos do cristianismo-, aventurando-se até mesmo fora dos limites do mundo cristão e europeu. Nosso autor parece obcecado pelo poder de todas as formas de clero, poder apresentado sistematicamente como uma forma de usurpação. Hobbes pensa que viver em uma sociedade civil requer do homem uma consciência das obrigações que ligam ao soberano, ao qual devem subordinar-se todos os tipos de fidelidades não políticas, como as convicções religiosas e as ambições econômicas (2008, p. 145).

Na visão de Hobbes, os efeitos produzidos pela guerra civil são idênticos ao que ele descreve como o hipotético estado de natureza na sua obra *Leviathan*, caracterizado como um estado de absoluta insegurança, em que não é possível aos homens exercer plenamente a sua liberdade, nem há possibilidade de indústria, o cultivo da terra, a navegação, as construções confortáveis, as artes, letras, nem mesmo a sociedade, nem a distinção entre o meu e o teu, só pertencendo ao homem aquilo que ele é capaz de conseguir enquanto for capaz de conservá-lo. Desse modo, a vida do homem no estado de natureza para Hobbes é “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (HOBBS, 1968, Cap. XIII, p. 186)⁴³. É nestes termos que Hobbes expressa que o “homem torna-se lobo

⁴² Na visão de Baumgold, “A Revolução Inglesa é também chamada de Revolução Puritana, isso se deve muito ao envolvimento desses na guerra civil, ao contrário da igreja anglicana e romana, favoráveis ao rei. Os puritanos preocupados em não só reformar a igreja, mas a própria sociedade - conforme citação - tiveram atuação decisiva tanto no parlamento como nos púlpitos” (2000, p. 32).

⁴³ Quanto a esse aspecto, Souki discorreu sobre as origens do conceito de “estado de natureza”, cuja gênese remonta à tradição grega, sendo representado pelas ideias de stasis e metabolé. Dirá a autora que “metabolé está relacionado ao discurso da instabilidade política (...) Já stasis será, por ora, focalizada em seu sentido primeiro de guerra intestina. Não se pode desconsiderar que há um excesso retórico na caracterização do relato de uma stasis.” Mais à frente, a autora expõe a natureza paradoxal da palavra stasis, uma vez que o termo “guarda uma característica interessante, a de ter sentidos opostos: diluição e reconciliação das partes. (...) Assim, o vocábulo guarda sentido paradoxal de movimento e imobilidade, capaz de instalar dentro da cidade também essa unidade paradoxal.” Por fim, há que se diferenciar, ainda, o termo stasis (discórdia interior) do vocábulo pólemos, “que significa guerra contra

para o próprio homem” (*homo homini lupus*), ou seja, cada homem é para os demais um inimigo em potencial.

Não obstante, é possível reconhecer uma mudança de enfoque no *Behemoth* em relação a sua concepção de “medo da morte violenta”, enquanto no *Leviathan*, o medo possui uma conotação de “situação limite do homem” na obra que relata a guerra civil inglesa o medo relaciona-se com o sobrenatural. Essa transmutação esclarece Baumgold, “da concepção de medo acompanha uma mudança mais incisiva no âmbito da sua antropologia o que, denota, uma transformação de uma obra para outra da concepção de homem” (2000, p. 45). O homem que Hobbes descreve no *Behemoth* é aquele movido pela irracionalidade e comandado inteiramente pelas paixões e crenças individuais, tal com ele próprio testemunha e não fogem da sua memória as mortes registradas pela guerra, o assassinato do rei, a instabilidade do reino provocado pelas artimanhas, etc. Novamente, Souki relata sobre esta questão:

Dessa mudança da concepção de homem, Hobbes conclui para a questão da política de que para governar seres humanos devem-se governar suas opiniões; e, se isso não pode ser feito pela força ou pela ameaça de força, devem-se então encontrar outros meios. Assim, a formação das opiniões dos súditos é o meio de que o soberano dispõe para estimular a obediência civil. Se as ações dos homens derivam das opiniões sobre o benefício e o prejuízo que imaginam advir em consequência de sua ação, então aquele que detém o poder supremo deverá agir sobre o primeiro elemento da cadeia causal que culmina na ação (...) (2008, p. 152).

Tendo como pano de fundo a pluralidade de opiniões que Hobbes no *Behemoth* debate constantemente com personagens como jesuítas, puritanos, luteranos e anglicanos, por meio das referências bíblicas, assim como se utiliza do elemento de persuasão: a referência aos antigos. Na perspectiva de Hobbes os princípios de suas observações contemporâneas sobre as paixões e o mal que essas causam à paz já estavam presentes nos antigos e nas narrativas por ele lidas. Se corretamente usadas elas evitavam o mal do Estado, entretanto, se utilizadas de modo errado, pelos sedutores, tornavam-se a causa da degradação do estado. Na visão de Hobbes, tornava-se indispensável mostrar aos seus contemporâneos a leitura correta sobre os antigos, evitando que esses dessem ouvidos aos seus inimigos discursivos. De acordo com

um inimigo exterior”, distinção esta que foi ressaltada por Platão na República, livro V, 470b. (SOUKI, 2008, p. 25-32).

Rogers, G.A.J; Sorell, “As paixões humanas, o ciclo inevitável entre paz e guerra e a linha de entendimento histórico já estavam na Antiguidade, bastava, portanto, aprender com seus acertos e evitar seus erros para que a guerra civil fosse realmente evitada” (2000, p 16). Nesse sentido, assim como afirma Borot,

A história é o laboratório do filósofo hobbesiano; o *Behemoth* é a face prática do Leviatã, o campo de experimentação da ciência da justiça e da injustiça. A antropologia de Hobbes repousa sobre os movimentos internos que conduzem à ação, e o registro das ações voluntárias dos homens é chamado de história; portanto, a verificação por excelência de uma teoria política e filosófica é o tipo de história que ela pode produzir, porque esta mostra os resultados dos raciocínios mentais, o resultado de todas as trajetórias de todos os esforços dos homens em um dado lugar durante um dado período; *somente então* uma peça de escrita histórica pode ser usada com segurança para a instrução (2011, p. 394. Grifo do autor).

A história como “laboratório comprobatório” possui um significado bem especial para a compreensão do modo como Hobbes especifica a metodologia da história. A sua utilidade relaciona-se verdadeiramente com os princípios determinantes da guerra. A simples vontade dos homens de fazê-la não é suficiente como justificativa relacionada à prudência, pois os homens podem estar amparados por bons ou aparentemente bons motivos. Não obstante, uma análise desses motivos, sobre o ponto de vista da história, conduz inevitavelmente aos fatores dos males que ela pode gerar, pois é sabido que os efeitos da guerra são trágicos, menciona Hobbes: discórdia, matança, solidão e escassez (Cf. ROGERS, G.A.J; SORELL, 2000). Somente os conhecimentos dos seus efeitos podem esclarecer a ocorrência da guerra e eles deverão ser obtidos por meio de um diagnóstico historiográfico. Segundo o mesmo, na sua obra *De Corpore*,

A causa da guerra, entretanto, não é que os homens tenham vontade de travá-la, pois a vontade só pode ter como objetivo o bem, ou, pelo menos, aquilo que parece ser um bem. Nem é que os homens desconheçam que os efeitos da guerra são maléficos, pois quem é que não pensa que a pobreza e a perda da vida sejam grandes males? A causa da guerra civil, portanto, é que os homens não conhecem as causas nem da guerra nem da paz, havendo apenas uns poucos no mundo que aprenderam os deveres que unem e mantêm os homens em paz, ou seja, que aprenderam suficientemente as regras da guerra civil. Ora, o conhecimento dessas regras é a filosofia moral. Mas por que eles não as teriam aprendido, senão porque ninguém até agora as ensinou segundo um método claro e exato? (HOBBS, *De Corpore*, 1966, p.08).

Embora o conhecimento histórico tenha mérito de ensinar sobre as causas da guerra, pois estas demandam de uma investigação sobre a especulação sobre os seus motivos, seu mérito reside, essencialmente, na geração de prudência. Assim sendo, a história aparece mobilizada seja como prova, de uma perspectiva inquisitorial, seja como elemento de valor instrutivo, associado à sua capacidade de convencimento e persuasão, e conseqüentemente de construção ou acesso à verdade. Isto, por sua vez, demandaria a identificação de regras gerais e universais para a condução da vida humana (Cf. SCHUHMANN, 2000). Uma vez analisado a correlação entre história e a consecução dos relatos sobre a guerra na perspectiva de Hobbes, pode-se, portanto, encaminhar uma aproximação do qual a história insere-se no discurso político de Hobbes, mediante uma análise do modo como os acontecimentos do passado e da contemporaneidade se complementam no contexto da sua obra *Behemoth*.

Behemoth ou o Longo Parlamento: A história como ponto de partida da Filosofia e a Filosofia como história

Na sua autobiografia, Hobbes afirma que escrevera, por volta dos oitenta anos, dois livros, um sobre a guerra civil inglesa e um, em versos latinos, sobre o “surgimento e crescimento do poder insubordinado dos sacerdotes” (OSTRENSKY, 2001, p. 5). De acordo com a sua biografia e a análise da sua bibliografia, a obra sobre a guerra civil inglesa é aquele o qual se enfatiza nesse artigo, ou seja, o *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Essa obra fora escrita exatamente logo após a restauração do parlamento Inglês e, segundo consta, não houve nenhuma edição legal durante a vida do autor⁴⁴. Embora Hobbes indicasse claramente o desejo de publicar o livro, não obteve autorização explícita de Carlos I. Segundo Souki, havia alguns motivos pelos quais o ex-aluno de Hobbes negou-lhe o pedido de edição do livro, apesar da obra ser dedicada a ele. Primeiramente, “na obra em questão são apontados, de forma sutil, os erros táticos de Carlos I e seus conselheiros”. Assim como a exposição do rei “em sua covardia ao abandonar seus ministros à vingança do parlamento” (2008, pp. 136-137).

⁴⁴ Na primeira versão “legal” do *Behemoth* há uma nota do editor William Crooke sobre as edições espúrias e as difamações que o nome de Hobbes sofreu graças a elas. (Cf. CROOKE, 1966).

Desse modo, somente após três anos da morte do filósofo, é publicada sua obra, ainda que cópias circulassem de forma ilegal. Suspeita-se, inclusive que foi Hobbes quem, após receber a cópia não autorizada por Carlos I, entregou-a ao seu editor para posterior publicação. Não obstante, de acordo com Cropsey, no comentário realizado na introdução ao *Diálogo entre um Filósofo e um Jurista* afirma: “tal comportamento é incompatível com a sua confessa exortação à obediência ao longo de toda a sua vida” (1997, p. 11). Realmente, pesar de não serem conhecidas as circunstâncias de tal atitude de Hobbes, ou seja, se realmente entregou à cópia da sua obra ao editor, fica evidente que o filósofo não pressupunha a obediência acima de qualquer outra coisa. Em relação ao título do livro, Souki expressa da seguinte forma:

A palavra Hebraica *Behemoth* é o plural da palavra *behema*, que significa um animal; na Bíblia o monstro *Behemoth* é o maior animal terrestre da criação, enquanto o Leviatã é o maior animal marinho. Todos os dois são evocados por Deus, no fim do livro de Jó (40,15). Em Hobbes, o Leviatã parece evocar um poder majestoso e incontestável ou a força da ordem, e o *Behemoth*, a violência irracional ou a força do caos. Contudo, é importante a consideração sobre a anterioridade do *Behemoth* sobre o Leviatã na Bíblia; ele é chamado a “primeira das obras de Deus”. Os dois títulos parecem ter sido concebidos para se contrapor (2008, p. 139. O grifo é do autor).

Behemoth fora escrito sobre a forma de diálogo e seus respectivos capítulos são divididos em intervalos de uma conversa mais longa entre dois personagens cujas opiniões não são distintas. Diferente de um diálogo platônico, em que as opiniões dos personagens são diferentes e há uma descrição dos que participam do diálogo, no caso do filósofo inglês, não há uma descrição psicológica ou mesmo física detalhada dos interlocutores em questão. Sendo assim, é possível apenas verificar no contexto da obra o personagem “A”, o que presenciou a guerra e a relata, enquanto o segundo, “B”, ouve e realiza considerações sobre o relato. Com efeito, o verdadeiro teor da conversa não é nada mais do que sobre o início da guerra civil. O propósito da narrativa, por sua vez, aproxima-se, em muitos aspectos, a tradução hobbesiana de 1628.

Tal como Tucídides, a sua finalidade não seria digressões sobre os propósitos íntimos dos personagens envolvidos na guerra civil, mas as causas, conflitos e artifícios que a produziram e como ela pôde ocorrer. Assim, no diálogo I, Hobbes afirma, pela fala de “B”, quais seriam os desígnios de seu relato, após um breve período em que ambos conversavam sobre as virtudes e o uso que a igreja fazia da doutrina de

Aristóteles. Em determinado momento, o personagem “A” questiona se eles não haviam se afastado de seu propósito, o personagem “B” responde que não, uma vez que, na visão do filósofo, não bastava descrever a guerra, mas entender o motivo do seu início para descortinar as suas causas, conseqüentemente, aprender com o que aconteceu. Na perspectiva de Souki,

A utilidade da forma do diálogo é óbvia, pois seu objetivo é essencialmente polêmico: visa, basicamente, mais ao ataque das doutrinas de seus oponentes do que à demonstração de seus próprios ensinamentos. Em geral, os diálogos diferentemente das narrativas ou descrições ou dos argumentos demonstrativos, soa especialmente adaptáveis a escritos polêmicos porque permitem a troca de teses e antíteses ou afirmações e refutações. (2008, p. 143).

Na verdade, os quatro diálogos que contidos no *Behemoth*, segundo a dedicatória que faz, correspondem exatamente e cronologicamente aos quatro períodos da Revolução Inglesa. Logo no primeiro diálogo Hobbes analisa as causas próximas e remotas da rebelião e as opiniões políticas e religiosas que a deflagram. Por sua vez, o segundo diálogo analisa o parlamento de 1640 à declaração da guerra entre o Parlamento e o rei Carlos I, em 1642. O terceiro diálogo reporta aos acontecimentos da guerra civil até a execução do rei em questão, exatamente em 1648. Por fim, o quarto diálogo coloca em cena as diversas tentativas de constituição de um regime, parlamentar ou monárquico sem, no entanto, um rei artificial, tal como as três versões do protetorado de Cromwell e, posteriormente, seu filho Richard (Cf. SOUKI, 2008, p. 144). Na visão de Buarque de Holanda,

A narrativa de Behemoth volta-se justamente para ilustrar o potencial desagregador da heterogeneidade de signos que povoam o ambiente político e social da Inglaterra nos anos da Revolução. A pluralidade de unidades produtoras de significados é, no caso em questão, decorrente da pulverização religiosa e traz consigo a ameaça de desordem. Presbiterianos, papistas, anabatistas e outras denominações de menor importância habitam o mesmo cenário político e disputam a primazia em assuntos de religião (2004, p. 52).

Assim, com as respectivas vitórias do exército de Novo Tipo em Naseby e Langport, em 1645, impõe-se um derradeiro golpe à monarquia de Carlos I, que no verão seguinte finalmente se renderia sem que ao menos seus partidários houvessem levantado a voz contra os desmandos do monarca. Com isso, não somente os parlamentaristas eram acusados por seus ex aliados de ser tão ou mais tirânicos do que o

próprio rei derrotado, como ainda sobre o próprio Parlamento havia a suspeita relativamente generalizada de que, instituição quase destituída de legitimidade, não seria mais capaz de operar a transição da guerra para a paz. Segundo Borot,

A história analisa as causas aparentes (internas ou externas) da dissolução, mas ela também sugere explicações filosóficas. A fraqueza humana tem a ver com o uso prático da razão em ação; os homens não são capazes de descobrir de modo suficientemente claro as leis que devem fazer “para ajustar suas ações”. A mera razão prática é fraca e só pode ser fraca, uma vez que a lei deve existir antes que os homens possam comportar-se moralmente. Na formulação filosófica final da política de Hobbes, encontramos questões históricas e respostas filosóficas. Isso nos ajuda a compreender a diferença entre a prática de Hobbes como um escritor de história e as visões acerca da escrita da história que ele formulou no início da carreira (2011, p. 381).

Certamente, Hobbes possuía a convicção de que a historiografia possuía demasiada utilidade para a vida política, uma vez que não haveria sentido em dedicar-se a leituras e traduções exaustivas se nada fosse proveitoso para a vida política. Sob essa perspectiva, a história pressuporia um guia para a conduta em que seria possível retirar lições que guiarão o presente. Como afirma na tradução de Tucídides, na história os fatos são claros, observa Hobbes, diferente do que ocorre em seu momento contemporâneo. Ou seja, seria possível extrair lições da narrativa do passado e seu ensino serviria para o bem do Estado (*Commonwealt*) e para a manutenção da paz. Não obstante, em alguns momentos, o Hobbes enfatiza claramente uma visão pessimista sobre a possibilidade de o homem aprender realmente com a história. Sobre isso comenta Schuhmann,

O amor à obediência é o mesmo que o amor ao público. E, na ausência do rei, nada mais há de público. Enfocando o caso específico da guerra civil inglesa, a atitude de questionamento da figura do rei (que mesmo no contexto de monarquia mista ainda representava um elemento simbólico de unidade) gerou a emergência de várias unidades que se autodenominavam fontes legítimas de poder. O governo foi reduzido à anarquia. O texto de Behemoth dedica-se justamente a narrar as minúcias deste processo e mostrar a facilidade com que a soberania foi dissipada. Diante do contexto de desordem, os autores da destruição encontrarão extrema dificuldade em reerguer um ambiente de paz e extirpar a universalização da desconfiança (2000, p. 56).

Diante do que foi examinado, pode-se, portanto, conceber a filosofia na história do ponto de vista da reflexão filosófica e política de Hobbes como um recurso metodológico capaz de analisar, com base nos pressupostos dos antigos, acontecimentos

e tramas recorrentes na nossa atualidade. Esse pressuposto desdobra-se, por sua vez, no modo como Hobbes relaciona-se diretamente com os antigos no limiar de uma estrutura historiográfica mais ampla que, além de analisar as relações entre antigos e modernos, estabelece um viés metodológico de persuasão e convencimentos de posições e argumentos de cunho político e moral. Por conta desse pressuposto, as referências à Antiguidade permanecem recorrentes em nossa tradição política e intelectual, na medida em que se constata que tais pressupostos são fontes de inspiração para diversas ações políticas na nossa contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

AHRENSDORF, Peter J. The Fear of Death and the Longing for Immortality: Hobbes and Thucydides on Human Nature and the Problem of Anarchy. In: *American Political Science Review*. Vol. 94, nº 3, 2000.

BAUMGOLD, Deborah. When Hobbes needed history. ROGERS, G.A.J; SORELL, Tom. *Hobbes and History*. London: Routledge, 2000.

BOROT, Luc. *Introdução do Behemoth*, Paris, J. Vrin, 1990.

CROOKE, William. To the Bookseller to the reader. In: HOBBS, Thomas. *Behemoth: the history of the causes of the civil wars and artifices by wich*. Oxford: Oxford University, 1966.

CROPSEY, Joseph. *Introdução de A Dialogue Between a Philosopher and a Student of Common Laws of England*. Chicago, The University of Chicago Press, 1997.

HARTOG, François. *Os Antigos, o passado e o presente*. Org: José Otávio Guimarães. Tradução de Sônia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003

HOBBS, Thomas. *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001

_____. *Behemoth; or the Long Parliament*. Edição: Ferdinand Tönnies.

_____. *Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor*. Rodilla, Miguel Ángel (org). *Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita en verso por el autor*. Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1992.

_____. *Leviathan, or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*. Ed. C. B. Macpherson. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

_____. *Elementorium philosophiae, sectio prima: De Corpore*. In: *The English Works of Thomas Hobbes of Malmensbury*. Now first collected and edited by Sir Willian Molesworth. London 1893-45. 11 vols. Reprint Aelen: Scientia, 1962, second reprint Darmstadt: Scientia, 1966.

HOLANDA, Cristina Buarque. Considerações sobre História e Soberania em Behemoth, de Thomas Hobbes. In: *Cadernos de Sociologia e Política*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Disponível em: <<<http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/viewFile/7/6>>> Acesso em 08-10-2013.

MURARI PIRES, Francisco Murari. *Modernidades Tucideanas*. São Paulo: EDUSP, 2007.

MARTINICH, A. P. *Hobbes: a biography*. Cambridge: University Press, 1999

OSTRENSKY, Eunice. Advertência ao leitor. In: HOBBS, Thomas. *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Revoluções no Poder*. São Paulo: Alameda, 2006.

ROGERS, G.A.J; SORELL, Tom. *Hobbes and History*. London: Rutledge, 2000.

SOUKI, Nádia. *Behemoth contra Leviatã. Guerra Civil na Filosofia de Thomas Hobbes*. São Paulo: Loyola, 2008

SCHUHMANN, Karl. *Hobbe's Concept of history*. In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom. *Hobbes and History*. London: Rutledge, 2000.

SCOTT, Jonathan. *The peace of silence: Thucydides and the English Civil War*. In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom. *Hobbes and History*. London: Rutledge, 2000.

THUCYDIDES. *The Peloponnesian War*. Tradução de Thomas Hobbes. Chicago: The Univessity of Chicago Press, 1989.

TUCIDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário Gama Cury. Brasília: Editora Universalidade de Brasília, 2001.